



Câmara Municipal de São Paulo

Gabinete do Vereador Goulart

JUSTIFICATIVA PR 08/07

A presente proposição pretende criar a Frente Parlamentar em Defesa das Represas Guarapiranga e Billings, ambas localizadas ao Sul da Cidade de São Paulo, em região Metropolitana.

- SOBRE A REPRESA DE GUARAPIRANGA

É uma barragem brasileira que está situada à sudeste da Região Metropolitana de São Paulo, no estado de São Paulo.

Sua fundação ocorreu em 1907 pela Cia. Light, que na época era a empresa responsável pelo fornecimento de energia elétrica na cidade. Decidiu-se, em meados dos anos 20, usar a represa também como reservatório de água para distribuição domiciliar.

A represa é abastecida pelo rio Guarapiranga e outros rios e córregos de menor porte, abrangendo áreas dos municípios de São Paulo, Itapeverica da Serra e Embu-Guaçu. Foi construído originalmente para atender às necessidades de produção de energia elétrica na Usina Hidrelétrica de Parnaíba. Atualmente é utilizada para abastecimento de água potável para a Região Metropolitana de São Paulo através da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. Também é utilizada como controle de cheias e lazer. Nas suas margens, existem praias artificiais e marinas de barcos.

Entre as décadas de 80 e 90 do século XX, a ausência de políticas claras de uso e ocupação do solo por parte da Prefeitura do Município de São Paulo e dos municípios vizinhos contribuiu para a criação de loteamentos populares clandestinos ao redor da represa, que cresceram desordenadamente e jogam esgoto não tratado na mesma.

O lançamento de esgoto "in natura" levou ao aparecimento de algas e o comprometimento da qualidade do manancial e da água para abastecimento humano, obrigando a Sabesp a investir pesadamente em materiais de tratamento para minimizar o problema.

"Crie um sonho, acredite e ele será seu."



Câmara Municipal de São Paulo

Gabinete do Vereador Goulart

- SOBRE A REPRESA BILLIGS

Localizadas em região Metropolitana, a Represa Billings nasceu em 1925, através de um decreto federal do então presidente da república Artur Bernardes, que autorizava o plano de obras da The São Paulo Tramway, Light & Power Company Limited - antiga Light - para aproveitamento da força hidráulica nos municípios de Salesópolis, Santos, Mogi das Cruzes, São Bernardo do Campo, "Santo Amaro" e Itapeverica. No documento, a empresa se comprometia a não prejudicar o abastecimento de água das populações que seriam naturalmente servidas pelos mananciais a captar e a executar obras de manutenção.

A Represa Billings é o maior reservatório de água da Região Metropolitana de São Paulo. Seu espelho d'água possui 10.814,20 hectares, correspondendo a 18% da área total de sua bacia hidrográfica, que ocupa um território de 58.280,32 ha. (582,8 km²), localizado na porção sudeste da Região Metropolitana de São Paulo, fazendo limite, a oeste, com a Bacia Hidrográfica da Guarapiranga e, ao sul, com a Serra do Mar. Sua área de drenagem abrange integralmente o município de Rio Grande da Serra e parcialmente os municípios de Diadema, Ribeirão Pires, Santo André, São Bernardo do Campo e São Paulo

Hoje, a usina, com geração inicial de 889MW, trabalha com um quarto de sua capacidade. Em razão da poluição das águas da Bacia Tietê-Pinheiros e para atender a uma determinação ambiental, a Empresa Metropolitana de Água e Energia (Emae) - proprietária do reservatório - deixou de reverter as águas do Rio Pinheiros para a Billings, o que comprometeu a produção de energia.

De acordo com diagnósticos publicados, a Bacia Hidrográfica da Billings apresenta um quadro preocupante. Apesar de ser protegida pela Lei de Proteção dos Mananciais desde a década de 70, a região vem sofrendo ao longo dos últimos anos as conseqüências de um processo acelerado de ocupação irregular. Estas invasões, apesar de identificadas pelo poder público, não têm sido eficientemente contidas, gerando uma sensação de impunidade que, por sua vez, estimula a ocorrência de novas agressões.

A principal tendência identificada no território da Bacia Hidrográfica da Billings, no período de 1989 a 1999, foi a substituição da cobertura florestal nativa (Mata Atlântica), fundamental para a produção de água em quantidade e qualidade adequadas ao abastecimento público, por áreas ocupadas por atividades humanas, principalmente aquelas ligadas a usos

"Crie um sonho, acredite e ele será seu."



Câmara Municipal de São Paulo

Gabinete do Vereador Goulart

urbanos. Este processo tem ocorrido através do surgimento de novas ocupações, consolidação da ocupação existente e transformação de áreas rurais em áreas urbanas.

Nos últimos anos o manancial perdeu 6,6% de sua cobertura vegetal. Em 1989, a área de cobertura florestal, composta de matas nativas (Mata Atlântica) e plantadas, respondia por 56,1% da Bacia; em 1999 recuou para 53,6%. A Mata Atlântica densa primária e secundária nos estágios médio e avançado de regeneração é o tipo de cobertura vegetal que mais foi atingida pelo desmatamento, perdendo aproximadamente 2.000 hectares no período.

Estima-se que, entre 1989 e 1999, a Billings tenha sofrido crescimento urbano da ordem de 31,7%. Mais de 45% da ocupação urbana registrada nos seis municípios paulistanos da bacia se deu em áreas com sérias ou severas restrições ao assentamento. São encostas íngremes, regiões de aluvião ou de várzea que exigem cuidados especiais para implantação de qualquer tipo de ocupação urbana. Apenas 11,8% da mancha urbana se deu em áreas consideradas favoráveis. Estes números demonstram que além de extremamente acelerada, esta ocupação vem ocorrendo sem nenhum planejamento.

Além destes aspectos, o fato das áreas urbanas não consolidadas terem apresentado uma porcentagem de crescimento significativamente superior ao das áreas urbanas consolidadas, respectivamente 47,9% e 27,3% no período, indica que o processo de urbanização está em expansão na bacia. Sendo assim, o problema tende a se agravar caso não sejam adotadas medidas urgentes para reverter esta tendência.

As taxas de ocupação urbana já são preocupantes, pois passaram de 11,8% do total da bacia em 1989, para 14,6% em 1999.

Em 2000, segundo a Secretaria de Meio Ambiente, a população residente na região é de 863 mil, distribuídos nos seis municípios nela inseridos, principalmente em São Paulo e São Bernardo. No mesmo ano, a população residente em favelas é estimada em 161 mil (ou 19% do total). Entre 1991 a 2000, a população aumentou em 329 mil, um acréscimo de 62% e o crescimento da população favelada foi de 86 mil (acrécimo de 115%), que corresponde a 26% do crescimento na Bacia.

A partir dos levantamentos realizados junto aos órgãos governamentais, foram identificados 90 processos de mineração cadastrados dentro da área da Bacia Hidrográfica da Billings. Embora apenas sete estejam licenciados, abrangendo uma área total de 2.079,01ha, outros 13.076,38 ha estão sendo requeridos para pesquisa. Sendo assim, caso todos os processos atualmente

"Crie um sonho, acredite e ele será seu."



Câmara Municipal de São Paulo

Gabinete do Vereador Goulart

em tramitação cheguem à etapa de concessão de lavra ou regime de licenciamento, a Bacia Hidrográfica da Billings terá 26,16% de sua área sob algum tipo de exploração mineral.

Outro aspecto que contribui para agravar o quadro é que a qualidade da água na represa Billings encontra-se bastante comprometida. Além da poluição proveniente do bombeamento do Tietê/Pinheiros, alguns braços apresentam situação crítica de eutrofização devido à grande quantidade de esgoto provenientes da ocupação em suas sub-bacias formadoras.

Destaca-se que os eixos de expansão urbana constituídos pelos atuais acessos a regiões ainda pouco ocupadas, que terão seus efeitos intensificados com a construção do trecho sul do Rodoanel na região, estão levando a uma aceleração da urbanização da bacia que provocará efeitos a este manancial.

A falta de controle sobre a ocupação desordenada nas regiões de mananciais da represa Billings, assim como a não continuidade de políticas de desenvolvimento urbano, principalmente na área de coleta e tratamento do esgoto produzido, podem matar a represa em cerca de 40 anos caso nada seja feito para reverter o quadro.

Esse quadro da represa Billings tem ganhado proporções maiores devido ao fato de ela também ser usada para o abastecimento público. 30% da água da Billings vai para a Guarapiranga, utilizada no abastecimento público da zona sul e da zona oeste da capital, atendendo a cerca de 4 milhões de paulistanos.

No entanto, o tratamento do esgoto dos habitantes das regiões de mananciais não é a única solução. O bombeamento da água do rio Pinheiros é o principal responsável pela sua poluição. Mesmo que paremos de jogar detritos através dos esgotos, a represa continuará produzindo poluição porque as impurezas armazenadas na represa estão em movimento.

Assim sendo, a região das Represas Guarapiranga e Billings reflete uma série de contextos sociais, econômicos, infraestruturais e ambientais que precisam ser amplamente e profundamente discutidos e solucionados o mais rápido possível.

O parlamento paulistano não pode deixar de manifestar-se e de registrar seu posicionamento em defesa dos mananciais, encaminhando suas conclusões aos órgãos e esferas de poder propugnando pela criação de uma lei que regulamente de maneira geral e específica as Represas Guarapiranga e Billings.

"Crie um sonho, acredite e ele será seu."